COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.801, DE 2003

Estabelece que as instituições de ensino superior públicas e privadas possam ser autorizadas a executar serviço de radiodifusão comunitária.

Autor: Deputado CARLOS NADER

Relator: Deputado EDUARDO BARBOSA

I - RELATÓRIO

Pelo projeto de lei em epígrafe, pretende seu Autor criar as condições para que as instituições de ensino superior recebam outorga para execução de serviço de radiodifusão comunitária, ora regulado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, cumpridas as exigências regulamentares e proibidas a comercialização e veiculação de peças publicitárias.

Segundo a justificção que acompanha o projeto, a iniciativa tem por objetivo conferir às instituições de ensino superior que oferecem cursos de Comunicação Social, um importante meio para formação dos estudantes nessa especialidade.

Decorrido o prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Sob o ponto de vista da qualidade dos cursos de Comunicação a iniciativa pode ser reconhecida como válida. A disponibilidade de uma emissora de radiodifusão, em frequência modulada, de baixa potência e cobertura restrita, pode de fato constituir privilegiado instrumento pedagógico, um laboratório de estudo e pesquisa enriquecedor dos cursos, qualificando a formação neles oferecida. Além disso, pode tornar-se importante meio de divulgação, para a comunidade, dos trabalhos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelas instituições educacionais.

Alguns ajustes, contudo, devem ser sugeridos à proposição. Para assegurar o alcance de seus objetivos, convém explicitar que só poderão pleitear a outorga as instituições de educação superior que ofereçam cursos de graduação na área da Comunicação. Por outro lado, para promover a coerência com o próprio espírito do serviço de radiodifusão comunitária, a possibilidade de outorga deve ser restrita às instituições de educação superior públicas e às particulares cujas mantenedoras não tenham fins lucrativos.

Finalmente, para manter a organicidade da legislação sobre a radiodifusão comunitária, parece mais oportuno que as questões básicas da iniciativa ora em exame sejam inseridas diretamente na lei que regula a matéria, isto é, a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

É preciso, porém, um cuidado. Se o objetivo é permitir o uso da radiodifusão comunitária como instrumento pedagógico, não faz sentido submeter a outorga da autorização para exploração do serviço com essa finalidade à limitação de uma única autorização por localidade ou comunidade, como prevê o art. 9º da mencionada Lei, em seus parágrafos 3º a 6º. Também parece desnecessária, nestes casos, a exigência de residência dos dirigentes da instituição de educação superior na mesma localidade, como dispõe o parágrafo único do art. 7º dessa Lei.

Tendo em vista o exposto, voto pela aprovação do projeto de lei nº 2.801, de 2003, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004 .

Deputado EDUARDO BARBOSA
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.801, DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências”, permitindo a outorga de autorização a instituições de educação superior públicas e particulares cuja mantenedoras não tenham fins lucrativos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1996:

“ Art. 7º

.....

§ 2º São também competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as instituições de educação superior credenciadas, públicas e particulares cujas mantenedoras não tenham fins lucrativos, que ofereçam cursos de graduação na área de Comunicação, não se lhes aplicando o disposto no parágrafo anterior e nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 9º desta Lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 2004 .

Deputado EDUARDO BARBOSA
Relator

2004_8982